

TERMO DE REFERÊNCIA

N.º 067/SEMUSA/2025

RETIFICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

n.º 1-1446/2025/SEMUSA

UNIDADE CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Saúde

1. INTRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da definição do objeto:

- 1.1.1. Fornecimento de materiais diversos para o laboratório municipal, compreendendo agulhas, seringas, tubos, reagentes e demais insumos necessários, conforme especificações técnicas e normas vigentes, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.2. A descrição do(s) item(ns) e a(s) quantidade(s) de aquisição encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência.
- 1.1.3. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2. Da estimativa do valor da contratação e preço(s) máximo(s):

- 1.2.1. O custo estimado da contratação, bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) grupo(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo I deste Termo de Referência.

1.3. Da classificação do objeto:

- 1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 166 de 1º de setembro de 2023.
- 1.3.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.4. Do Sistema de Registro de Preços:

- 1.4.1. A presente contratação será por Sistema de Registro de Preços, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 166/2023, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência, conforme competências abaixo:
 - 1.4.1.1. Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SEMAF, por meio do Setor de Licitações e Contratações Públicas – SLCP;



Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida
Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

1.4.1.2. Órgão(ões) Participante(s):

- a) Secretaria Municipal de Saúde;

1.4.2. Da adoção do Sistema de Registro de Preços:

1.4.2.1. O Sistema de Registro de Preços encontra-se amparado pela(s) hipótese(s) abaixo:

- a) há necessidade de contratações permanentes ou frequentes em razão das características do objeto;
- b) é conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;
- c) não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado em razão da natureza do objeto;
- d) é conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas.

1.5. Da vigência da contratação:

1.5.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por igual período.

1.5.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

1.5.1.1.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços. No caso de prorrogação, o quantitativo da Ata de Registro de Preços será o remanescente.

1.5.1.2. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

1.5.1.3. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO, DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

ID: 270923 e CRC: 4E4C53B1





- 2.1. A fundamentação, a descrição da necessidade da contratação, e a justificativa da escolha do procedimento por sistema de registro de preço encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. É válido lembrar também que o presente processo visa garantir a continuidade e a regularidade dos serviços laboratoriais prestados no âmbito da rede municipal de saúde, observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021. Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços se justifica pela natureza essencial dos materiais a serem adquiridos, cuja demanda pode variar significativamente ao longo do exercício, exigindo flexibilidade nas aquisições e fornecimentos parcelados conforme a necessidade da administração.
- 2.3. A natureza dos serviços laboratoriais prestados pela Secretaria Municipal de Saúde envolve atendimento a situações rotineiras e emergenciais, como surtos, campanhas de vacinação e controle epidemiológico. Esses fatores dificultam a definição prévia de quantitativos exatos, o que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços, pois este permite aquisições conforme a necessidade real, sem risco de aquisição em excesso ou insuficiência.
- 2.4. Adicionalmente, considerando a previsão de múltiplas aquisições ao longo do exercício, a adoção do Sistema de Registro de Preços evita a abertura de diversos processos licitatórios para itens de mesma natureza, o que racionaliza o trabalho das equipes técnicas e administrativas, promove economia processual e permite maior atratividade comercial por parte dos fornecedores, devido ao volume global estimado.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. Entretanto, para fins de reforço e clareza, destaca-se que a solução proposta contempla a aquisição de materiais de laboratório, com o objetivo de suprir as necessidades recorrentes das unidades de saúde do município de Cabixi, garantindo a continuidade dos serviços laboratoriais prestados à população.
- 3.3. O objeto deverá atender às especificações técnicas detalhadas que assegurem a qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade dos produtos, observando-se as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Lei nº 4.150/1962. A descrição detalhada encontra-se consolidada no Anexo I – Termo de Referência, contendo todas as características essenciais e mínimas exigidas para a perfeita execução do contrato.
- 3.4. A especificação do objeto foi elaborada de forma a não restringir ou frustrar a competitividade do certame, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, evitando a inclusão de exigências impertinentes, irrelevantes ou desproporcionais, assegurando a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE





- 5.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Do prazo de entrega:

- 6.1.1. O prazo de entrega dos itens adquiridos por meio da Ata de Registro de Preços será de, no máximo, **10 (dez) dias consecutivos**, contados a partir da data de recebimento da **nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil**, a ser encaminhado por meio eletrônico (e-mail), mediante aprovação da(s) prova(s), se for o caso.
- 6.1.2. Considerando que o objeto será adquirido por meio do Sistema de Registro de Preços, o fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Pública e observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão solicitante.
- 6.1.3. A cada solicitação de fornecimento, a nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo para entrega.
- 6.1.4. Caso a CONTRATADA não possa atender à solicitação dentro do prazo estipulado, deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE, com no mínimo **5 (cinco) dias consecutivos de antecedência**, apresentando as justificativas cabíveis, para que o pleito de prorrogação de prazo seja avaliado pela Secretaria requisitante, excetuando-se os casos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados.
- 6.1.5. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado em cada ordem de fornecimento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, na legislação aplicável e no contrato, quando for o caso.

6.2. Do local de entrega:

- 6.2.1. O(s) **local(is) de entrega** do objeto será(ão):

- a) **Secretaria Municipal Saúde**, no Hospital de Pequeno Porte, na Rua Carijós, s/n, Bairro Centro, fone (69) 3345-2353, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 6.2.1.1. Além da(s) entrega(s) no(s) local(is) designado(s) pelo CONTRATANTE deverá a CONTRATADA, também, descarregar, armazenar, instalar e montar (caso esteja previsto no objeto), o objeto no(s) local(is) indicado(s) por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

6.3. Das condições de entrega:

- 6.3.1. Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.
- 6.3.2. O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

6.3.3. Toda e qualquer entrega de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

6.3.3.1. A CONTRATADA deverá recolher o objeto entregue em desacordo com o licitado, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a notificação do CONTRATANTE. Após este prazo, não ocorrendo a remoção do objeto, o CONTRATANTE poderá destinar o objeto para descarte ou doação.

6.3.4. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

6.3.5. Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade de horários do almoxarifado.

6.3.6. Não haverá isenção de multa em caso de reagendamento por motivo de inconsistências de entrega.

6.3.7. Os itens deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

6.4. Do prazo de validade:

6.4.1. O prazo de validade dos itens objeto desta contratação deverá ser, no mínimo, de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de entrega.

6.4.2. Todos os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e dentro do prazo de validade exigido, sendo recusados itens com validade inferior ao estipulado, salvo autorização expressa do setor requisitante.

6.4.3. As embalagens dos produtos deverão conter, de forma clara e legível, a data de fabricação e o prazo de validade, conforme exigências legais e normas aplicáveis da ANVISA, ABNT ou outro órgão regulador competente.

6.5. Da substituição do objeto:

6.5.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria requisitante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

- a) o pedido de substituição deverá ser protocolado na Secretaria Requisitante, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;
- b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pela Secretaria requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.5.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.



6.5.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, abatedouro, frigorífico, fornecedor, n.º do Registro na Anvisa, Certificado de Aprovação – CA, entre outros.

6.6. Da documentação necessária na entrega do objeto:

6.6.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto acompanhado da seguinte documentação:

6.6.1.1. Manuais de operação e manutenção editados pelo fabricante, podendo ser originais, cópias reprográficas sem autenticação ou obtidos via internet no site do fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

6.7. Da garantia contratual:

6.7.1. O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

7.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

7.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o CONTRATANTE designa os servidores nomeados pela Portaria vigente, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

8.1.1. **provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na contratação;

8.1.2. **definitivamente**, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

8.1.2.1. na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução das obrigações decorrentes da presente aquisição.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Compete ao CONTRATANTE:

9.1.1. receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto adquirido;

9.1.2. receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o adquirido e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;





9.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.2. considerar os preços propostos completos e suficientes para aquisição do objeto, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;

10.1.3. arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens licitados;

10.1.3.1. entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para fiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

10.1.4. indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

10.1.5. arcar com todas as despesas necessárias ao objeto licitado;

10.1.6. entregar o objeto em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.7. substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;

10.1.8. prestar informações sobre a utilização do objeto;

10.1.9. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante o prazo de entrega do objeto, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.10. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;



- 10.1.11. não subcontratar o objeto, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;
- 10.1.12. prestar a garantia legal nos termos da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 10.1.13. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 10.1.14. informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de entrega, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- 10.1.15. prestar assessoria científica continuada ao Laboratório Municipal de Cabixi, durante todo o período de vigência do contrato de fornecimento, sem custo adicional ao Município, compreendendo:
- suporte técnico e orientação em calibração, controle de qualidade e análise de desempenho;
 - acompanhamento da execução dos métodos analíticos e atualização de parâmetros técnicos do equipamento;
 - apoio na implementação de programas de proficiência e correção de não conformidades.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).
- 11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega do objeto, o prazo poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).
- 11.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).
- 11.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).
- 11.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).
- 11.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto licitado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).
- 11.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução das obrigações desta licitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).





- 11.6. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).
- 11.6.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto licitado (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).
- 11.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado a cada entrega do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, **até o 30.º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão** designada pelo CONTRATANTE por meio de Portaria. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- 12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.
- 12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 12.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.
- 12.4.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.



- 12.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- 12.6. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- 12.7. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação **para menos**, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com **até duas casas decimais**, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à **segunda**.
- 12.8. Será emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, por se tratar de fornecimento não-contínuo e os itens possuem prazo de entrega imediata, integral e dos quais não resultam em obrigações futuras.

13. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

- 13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **12 (doze) meses** contados da data do orçamento em **outubro de 2025**.
- 13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao fornecedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 13.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 13.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.7. O reajuste ou a repactuação de preços contratados serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 14.1. Da formalização da ARP e do Cadastro Reserva:
- 14.1.1. O Registro de Preços será formalizado com a(s) licitante(s) vencedora(s) por meio da Ata de Registro de Preços, documento vinculativo e obrigacional, observadas as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 166/2023.



14.1.1.1. Da Ata de Registro de Preços constará o objeto, o(s) quantitativo(s), o(s) preço(s), o fornecedor, o(s) Órgão(s) Participante(s) e a(s) condições a serem praticadas, conforme definido neste Termo de Referência.

14.1.2. Os demais licitantes poderão manifestar a intenção para fins de formação do Cadastro Reserva.

14.1.2.1. Os registros dos licitantes que mantiverem sua proposta original e os de formação do Cadastro Reserva, se for o caso, serão juntados aos autos do processo.

14.1.2.2. A convocação das licitantes que compõem o Cadastro Reserva será facultada ao Município quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços nas situações mencionadas nos subitens **14.5 e 14.6**.

14.1.2.3. A ordem de classificação das licitantes registradas em Cadastro Reserva será respeitada nas contratações.

14.1.2.3.1. Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora antecederão aqueles que optarem por manter sua proposta original.

14.1.2.4. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que comporão o Cadastro Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de licitante remanescente conforme hipóteses mencionadas no subitem 14.1.2.2.

14.1.2.5. O(s) fornecedor(es) que tenha(m) seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração, de acordo com a quantidade registrada, sujeita(s) às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

14.1.3. O(s) preço(s) registrado(s) com indicação do fornecedor serão divulgados no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e ficarão disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração Pública Municipal a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

14.1.5. O Órgão Participante do registro de preços deverá, quando da necessidade de contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivo preço a ser praticado.

14.1.6. O quantitativo previsto para o(s) item(ns) com preço registrado na Ata de Registro de Preços poderá ser remanejada pelo Órgão Gerenciador entre órgãos participantes do registro de preços e seguirá as condições estabelecidas no Decreto Municipal n.º 166/2023.

14.1.7. Será vedada a participação do(s) Órgão(s) em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste Termo de Referência.

14.2. Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços

14.2.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedor(es) a ser(em) registrado(s), convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá(ão) firmar a contratação

no prazo instituído no subitem 14.2.2, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

14.2.2. A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de **até 5 (cinco) dias consecutivos para assinatura da Ata**, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

14.2.3. O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pela licitante vencedora dentro do prazo e aceite do Município.

14.2.4. O prazo para assinatura da Ata do Sistema de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pela licitante vencedora dentro do prazo e aceite do Município.

14.2.5. Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

14.3. Da negociação do(s) preço(s) registrado(s):

14.3.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.3.3. Na hipótese prevista no subitem 14.3.2, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no subitem 14.5.4.

14.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 14.6, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

14.3.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o Órgão Gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 166/2023.

14.3.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.3.7. Para fins do disposto no subitem 14.3.6, o fornecedor encaminhará solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.

14.3.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Órgão Gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no subitem 14.5, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

14.3.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 14.3.8, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos subitens 14.1.2.2 e 14.1.2.4.



14.3.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 14.6 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.3.11. Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 14.3.6 e 14.3.7, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado.

14.4. Da alteração ou atualização o(s) preço(s) registrado(s):

14.4.1. O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser alterado(s) ou atualizado(s) em decorrência de eventual redução do(s) preço(s) praticado(s) no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre o(s) preço(s) registrado(s); ou
- c) conforme condições de reajuste ou repactuação de preços referidos neste Termo de Referência.

14.5. Do cancelamento do registro do fornecedor:

14.5.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.3.8; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.2. Na hipótese prevista na alínea ‘d’ do subitem 14.5.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, optar pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.5.3. O cancelamento do registro de preços será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.5.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Órgão Gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o Cadastro Reserva, observada a ordem de classificação.

14.6. Do cancelamento dos preços registrados:

14.6.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 7.3.4 e 7.3.10.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

16. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

16.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto adquirido;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução da presente contratação, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal n.º 166/2023 e alterações:

17.1.1. **ADVERTÊNCIA ESCRITA** em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

17.1.2. **MULTA** por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

17.1.2.1. para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia**, sobre o valor global do item/grupo, **até 30 (trinta) dias de atraso, podendo**, justificadamente, ser **cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:

- a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.



17.1.2.2. **para inconformidade MODERADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:**

- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

17.1.2.3. **para inconformidade GRAVE:**

17.1.2.3.1. **será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração da contratação ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

17.1.2.3.2. **será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;**

17.1.2.3.3. **será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.**

17.1.2.4. **para inconformidade GRAVÍSSIMA:**

17.1.2.4.1. **será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução total do objeto.**

17.1.2.4.2. **será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.**

17.1.3. quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, **até o limite de 30% (trinta por cento).**

17.1.4. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Municipal pelo **prazo de até 3 (três) anos**, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
- c) dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

17.1.5. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução da contratação;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 21.763/21 e alterações **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

17.1.6. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.2. Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

17.3. As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

17.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DAM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

17.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) do(s) Órgão(s) Participante(s), a ser informada a cada solicitação, por meio de requisição protocolizada no Órgão Gerenciador.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida
Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- 19.1. Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Termo, na Secretaria Municipal de Saúde, no setor Administrativo, telefones (0xx69) 3345-2353, de segunda à sexta-feira das 07h00min às 13h00min, em dias úteis.
- 19.2. Fazem parte deste Termo de Referência:
- a) Anexo I - Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) da contratação.
 - b) Anexo II - Forma e critérios de seleção do fornecedor.
- 19.3. Termo de referência elaborado por:

(Documento assinado eletronicamente)

Lavinia Manochio de Souza

Agente Administrativo II

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal n.º 166, de 1º de setembro de 2023.

(Documento assinado eletronicamente)

Adnair Gomes de Freitas

*Secretário Municipal de Saúde
Dec. n.º 256/2025*

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

D: 270923 e CRC: 4E4C53B1



ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) E QUANTIDADE(S) DA CONTRATAÇÃO

LOTE N.º 001 – Compatível com analisador de bioquímica automatizado, marca SINNOWA, modelo SX-160 - todos os itens devem ser da mesma marca

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Solução de Limpeza destinada à limpeza de analisadores bioquímicos automáticos e semiautomáticos, removendo os resíduos que permanecem em tubulações, mangueiras e cubetas de fluxo contínuo após a utilização do equipamento. contendo: tampão carbonato, estabilizante, detergente e conservante. apresentação: frasco com 250 ml.	Frasco	20	R\$ 221,05
02	Líquido de Sistemas , a ser utilizado juntamente com a solução de limpeza. apresentação: 250ml.	Frasco	20	R\$ 126,49
03	Kit destinado à Calibração de métodos quantitativos em ensaios Bioquímicos . Frasco com no mínimo 5 ml apresentação: cal 1x5 ml. (mesma marca e fabricante dos reagentes do lote)	Kit	25	R\$ 173,46
04	Kit destinado ao uso como Controle Normal de precisão de métodos quantitativos em ensaios Bioquímicos . Frasco com no mínimo 5 ml apresentação: cal 1x5 ml. (mesma marca e fabricante dos reagentes do lote)	Kit	30	R\$ 189,38
05	Kit destinado à determinação de Ácido Úrico no soro, urina e líquido sinovial. método enzimático colorimétrico - trinder reação: ponto final apresentação: r1 2x100 ml+sdt 1x4 ml linearidade no mínimo de 20 mg/dl.	Kit	15	R\$ 99,64
06	KIT destinado à determinação de Albumina no soro método colorimétrico – verde de bromocresol reação: ponto final apresentação: r1: 1x250 ml + std 1x3ml linearidade no mínimo de 6 g/dl.	Kit	10	R\$ 70,25
07	Kit destinado à determinação da atividade enzimática da Alfa-amilase no soro, plasma (heparina), urina, líquido ascítico e pleural método cinético colorimétrico – galg2 reação: cinético contínua apresentação: r1:4x15ml linearidade soro: no mínimo de 1200 u/l linearidade urina 2000 u/l.	Kit	15	R\$ 142,60
08	Kit destinado à determinação de Bilirrubina direta no soro e plasma (heparina e edta) método dca (dicloroanilina diazotada). reação: ponto final apresentação: r1 1x80 + r2 2x12 ml linearidade no mínimo de 20 mg/dl.	Kit	20	R\$ 95,14
09	Kit destinado à determinação de Bilirrubina total no soro e plasma (heparina e edta) método dca (dicloroanilina diazotada). reação: ponto final apresentação: r1 1x80 + r2 2x12 ml linearidade no mínimo de 50 mg/dl.	Kit	20	R\$ 105,00
10	Kit destinado à determinação do Cálcio no soro, plasma (heparina) e urina método colorimétrico – arsenazo iii (asx) reação: ponto final apresentação: r1 4x50 ml + std 1x4 ml linearidade no mínimo de 20 mg/dl.	Kit	10	R\$ 207,42

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

11	Kit destinado à determinação de Ferro no soro método colorimétrico – cromazurol b. reação ponto final apresentação: r1 2x50 ml + std 1x4 ml linearidade no mínimo de 500 µg/dl 500,24 µg/dl.	Kit	10	R\$ 136,33
12	Kit determinado à determinação de Colesterol no soro método enzimático colorimétrico trinder reação: ponto final apresentação: 1-r1 1x250 + std 1x4 linearidade no mínimo de 800 mg/dl.	Kit	20	R\$ 163,28
13	Kit destinado à determinação de Creatinina presente no soro, plasma e urina método: enzimático pap reação enzimática ponto final/crescente apresentação:1- r1: 1x 40 ml / r2: 1x 10 ml linearidade no mínimo de 80 mg/dl.	Kit	30	156,19
14	Kit destinado à determinação quantitativa da atividade da Desidrogenase láctica (ldh) no soro e plasma (heparina) método cinético uv – metodologia uv lactato reação: cinética contínua apresentação: r1 1x40 ml + r2 1x10 ml linearidade no mínimo de 2000 u/l.	Kit	20	R\$ 98,68
15	Kit destinado à determinação da atividade da enzima Fosfatase alcalina no soro e plasma (heparina) pelo método da associação de química clínica da alemanha (dgkc) método cinético colorimétrico – dgkc reação cinética contínua apresentação: r1 2x40 ml + r2 2x10 ml linearidade no mínimo de 700 u/l.	Kit	20	R\$ 146,59
16	Kit destinado à determinação quantitativa da atividade enzimática da Gama GT no soro plasma (edta)e urina método cinético colorimétrico reação cinética contínua crescente apresentação: r1 2x40 ml + r2 2x10 ml linearidade 310,60 u/l.	Kit	20	R\$ 133,35
17	Kit destinado à determinação da Glicose no soro, plasma líquor e urina método enzimático - god reação ponto final apresentação: 1- r1 1x250 ml + std 1x4 ml linearidade no mínimo de soro e urina 800 mg/dl linearidade líquor 740 mg/dl.	Kit	20	R\$ 106,41
18	Kit destinado à quantificação da fração HDL do colesterol presente no soro método direto sem precipitação sufractante seletivo/direto reação ponto final/crescente apresentação: r1 1x90 ml + r2 1x30 ml + cal 1x1 ml linearidade no mínimo de 200 mg/dl.	Kit	20	R\$ 314,42
19	Kit destinado à determinação de Lipase no soro e plasma (heparina) método metilresorufina-dggr colorimétrica reação cinética apresentação: r1 2x18 ml + r2 2x4,5 ml linearidade no mínimo de 300 u/l.	Kit	20	R\$ 854,02
20	Kit para determinação quantitativa da atividade da TGP no soro e plasma (edta e heparina) método cinético uv – ifcc reação: cinética contínua apresentação:r1: 4x40 ml r2: 4x10 ml linearidade no mínimo de 350 u/l.	Kit	15	R\$ 137,20
21	Kit para determinação quantitativa da atividade da TGO no soro e plasma (edta e heparina) método cinético uv – ifcc reação: cinética contínua apresentação: r1: 4x40 ml r2: 4x10 ml linearidade no mínimo de 440 u/l.	Kit	15	R\$ 123,81
22	Kit destinado à determinação dos Triglicérides no soro e plasma (edta) método enzimático colorimétrico – gpo – trinder reação ponto final apresentação: r1 5x100 ml + std 1x4 ml linearidade no mínimo de 800 mg/dl.	Kit	15	R\$ 336,28

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

ID: 270923 e CRC: 4E4C53B1

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

23	Kit destinado à determinação da Uréia no soro, plasma e urina método cinético tempo fixo enzimático uv reação cinética apresentação: r1 4x40 ml + r2 4x10 ml + std 1x4 ml linearidade no mínimo de 200 mg/dl.	Kit	15	R\$ 148,50
24	Kit destinado à determinação da Ferritina no soro método turbidimétrico imunoturbidimétrico reação de tempo fixo kit com no mínimo: 50 testes de 1 ml apresentação: rdil 1x40 ml + r1ax 1x10 ml + cal 1x3 ml linearidade no mínimo de 585 µg/l. Fornecer kit com calibrador incluso. Controle e calibrador.	Kit	15	R\$ 566,37
25	Kit destinado à determinação quantitativa da Hemoglobina a1c (hba1c) no sangue humano método turbidimétrico imunoturbidimétrico reação de ponto final / crescente apresentação: 1-r1 1x15 ml + r2 1x5 ml + rhml 1x50 ml + control 1x0,5 ml intervalo operacional: 3% a 15%.	Kit	30	R\$ 510,50
26	Set de calibração de hba1c – 4x0,5ml, destina-se à calibração de hba1c em ensaios turbidimétrico. Apresentação: 4x0,5ml.	Kit	20	R\$ 630,70
27	Kit destinado à determinação quantitativa dímero d - r1=15 r2=5 ml cal=1 ml cont 1=1 ml cont2=1 ml.	Kit	15	R\$ 689,52
28	Kit destinado à determinação quantitativa da atividade enzimática da creatina quinase subunidade b (CK-MB) em soro método cinético uv – ifcc reação: cinética contínua apresentação: r1 1x40 ml + r2 1x10 ml + control 1x1 ml linearidade no mínimo de 600 u/l 550 u/l.	Kit	10	R\$ 362,95
29	Kit destinado à determinação quantitativa da atividade enzimática da creatina quinase total (CK NAC) no soro e plasma método cinético uv – ifcc reação: ponto fina cinética crescente apresentação: r1 1x40 + r2 1x10 linearidade no mínimo de 1000 u/l.	Kit	10	R\$ 432,86
30	Kit destinado à determinação do Fósforo presente no soro e urina método molibdato de amônio – uv reação ponto final kit com no mínimo: 50 testes de 1 ml apresentação: r1 2x50 – std 1x4 linearidades no mínimo de soro 15 mg/dl linearidade urina 233,85 mg/dl.	Kit	10	R\$ 89,69
31	Kit destinado à determinação do Magnésio no soro, plasma(heparina), urina e líquido método colorimétrico – magon sulfonada reação ponto final apresentação: r1 2x50 ml + std 1x4 ml linearidade no mínimo de 4,5 mg/dl.	Kit	10	R\$ 109,26
32	Kit destinado ao uso como controle patológico controle de precisão de métodos quantitativos em ensaios bioquímicos. Frasco com no mínimo 5 ml apresentação: cal 1x5 ml.	Kit	25	R\$ 146,00
33	Controle reumático nível 1 – 1x1ml, destina-se ao uso como controle de precisão em métodos quantitativos, para resultados baixos, de ensaios turbidimétrico de aso; fr; pcr. Apresentação: 1x1 ml.	Kit	15	R\$ 171,52
34	Controle reumático nível 2 – 1x1ml, destina-se ao uso como controle de precisão em métodos quantitativos, para resultados altos, de ensaios turbidimétrico de aso; fr; pcr. Apresentação: 1x1 ml.	Kit	15	R\$ 171,52
35	Kit destinado à determinação do anticorpo ante estreptolisina o (aso) no soro método turbidimétrico imunoturbidimétrico reação	Kit	05	R\$ 511,78

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

ID: 270923 e CRC: 4E4C53B1

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

	cinética de tempo fixo. Apresentação: rdil 1x40 ml + rlax 1x10 ml + cal 1x1 ml linearidade no mínimo de 736 ul/ml. Fornecer kit com calibrador incluso.			
36	kit destinado à determinação dos fatores reumatoides (fr) no soro método turbidimétrico imunoturbidimétrico reação tempo fixo. Apresentação: rdil 1x40 ml + rlax 1x10 ml + cal 1x2 ml linearidade no mínimo de 141 ul/ml. fornecer kit com calibrador incluso.	Kit	05	R\$ 368,00
37	kit destinado à determinação da proteína c reativa (pcr) no soro método turbidimétrico imunoturbidimétrico reação tempo fixo. Apresentação: rdil 1x40 ml + rlax 1x10 ml + cal 1x1 ml linearidade no mínimo de 123 mg/l. fornecer kit com calibrador incluso.	Kit	25	R\$ 359,40

LOTE N.º 002 – Reagentes imunológicos e sorológicos

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Kit Aslo (anti estreptolisina O) - Teste em látex para detecção qualitativa e/ou semiquantitativa	Kit	15	R\$ 82,04
02	Kit para pesquisa de PCR (Proteína C Reativa) - Teste em látex para uso diagnóstico laboratorial	Kit	45	R\$ 75,04
03	Kit para látex fator reumatoide - Técnica em Látex – Detecção qualitativa e/ou semiquantitativa	Kit	15	R\$ 79,38
04	Reagente VDRL – Solução para testes de triagem para sífilis, uso laboratorial.	Unid.	15	R\$ 133,51
05	Lugol forte 2% para exame parasitológico de fezes, solução para exame parasitológico de fezes, lugol 2%. solução de iodo para exame parasitológico de fezes. frasco com 500 ml. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega	Unid.	2	R\$ 88,25
06	Tubo para coleta de d-dímero (tampa azul- citrato), com citrato volume 4 ml. kit com 100 unidades. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega	Unid.	1.500	R\$ 66,13
07	Corante giemsa, método de may – grunwald giemsa. solução corante pronta para uso, de 500 ml cada. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega	Unid.	2	R\$ 52,78
08	Corante may grunwald, método de may – grunwald giemsa. solução corante pronta para uso, de 500 ml. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega	Unid.	2	R\$ 55,12
09	Placa Tipo Kline com Escavação Profunda – 12 Poços vidro	Unid.	10	R\$ 56,06

LOTE N.º 003 – Reagentes e materiais para tipologia sanguínea

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Reagentes Anti-A – Para tipagem sanguínea ABO, uso laboratorial	Unid.	10	R\$ 65,72
02	Reagentes Anti-B – Para tipagem sanguínea ABO, uso laboratorial	Unid.	10	R\$ 59,31
03	Reagentes Fator Rh – Para Tipagem do fator Rh, uso laboratorial	Unid.	10	R\$ 65,76

LOTE N.º 004 – Materiais para coleta de amostras sanguíneas

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Tubos para coleta a vácuo com gel separador – 5.0 Ml - Estéril, para bioquímica – plástico	Unid.	10.000	R\$ 1,16

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

ID: 270923 e CRC: 4E4C53B1

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

02	Tubos para coleta a vácuo com EDTA – 4 mL - Estéril, roxo, para hematologia	Unid.	10.000	R\$ 1,17
03	Tubos para coleta a vácuo com fluoreto – 4 mL - Tampa cinza, para dosagem de glicose	Unid.	5.000	R\$ 1,23
04	Escalpe para coleta a vácuo – agulha 23G - Estéril, com adaptador Luer, uso único	Unid.	300	R\$ 0,87
05	Agulha 20 mm – 0,55 mm (25G) – Estéril, descartável, para coleta ou aplicação	Caixa	50	R\$ 14,07
06	Tubo Âmbar com Gel Ativador – 4 mL – Tampa amarela, para bioquímica, proteção contra luz	Caixa	2.000	R\$ 149,80
07	Garrote Descartável Free – Em látex ou borracha sintética, para contenção venosa	Rolo	6	R\$ 41,26
08	Seringa com Agulha – 5 mL – Estéril, bico Luer Lock, uso único	Caixa	50	R\$ 35,99
09	Canhão Reutilizável para Coleta de Sangue a Vácuo – Em policarbonato, compatível com agulhas padrão – Pacote com 50 unid.	Unid.	20	R\$ 32,88
10	Agulha para Coleta de Sangue a Vácuo – 23G	Unid.	4.000	R\$ 0,87
11	Adaptador Holder reutilizável para coleta de sangue- adaptador com dispositivo de segurança.	Unid.	50	R\$ 1,56

LOTE N.º 005 – Coletores de amostras biológicas

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Coletor Universal Estéril – 50 mL – Em plástico atóxico, tampa rosqueável	Unid.	6.000	R\$ 0,58
02	Coletor Infantil Unissex – Plástico – Estéril, adesivo hipoalergênico, uso pediátrico –	Unid.	1.500	R\$ 2,34

LOTE N.º 006 – Curativos e materiais pós-coleta

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Curativo Pós-Coleta Adulto – Não tecido, hipoalergênico, com almofada absorvente – com 500	Rolo	10	R\$ 19,73
02	Curativo Pós-Coleta Infantil – Com adesivo decorado - com 500	Rolo	10	R\$ 18,90
03	Compressa de gaze com cinco dobras 8 camadas 7.5 x7.5 não estéril pacote com 500.	Pacote	50	R\$ 12,67

LOTE N.º 007 – Testes rápidos e urinálise

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Teste Rápido Imunocromatográfico para detecção qualitativo de Troponina – Caixa com 25 testes, uso diagnóstico in vitro	Caixa	20	R\$ 134,35
02	Tiras reagentes para urinálise – Frasco com 100 unidades, análise rápida de parâmetros urinários	Frasco	40	R\$ 80,78
03	Fita de BHCG (Teste de Gravidez) – Teste rápido imunocromatográfico	Unid.	800	R\$ 1,93
04	Lâminulas de vidro para urinálise tamanho 22 mm x 22 mm, espessura de 0,13 a 0,16 mm. kit com 100 unidades	Pacote	2	R\$ 6,66
05	Lâminula para microscopia de fezes lâminula 24x24 mm pacote com 100 unidades	Pacote	5	R\$ 7,55

LOTE N.º 008 – Limpeza, desinfecção e manutenção laboratorial

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Detergente para vidrarias – Apresentação: galão (5 lt). Produto	Galão	10	R\$ 53,58

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

ID: 270923 e CRC: 4E4C53B1

Secretaria Municipal de Saúde

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

	neutro, próprio para limpeza laboratorial			
02	Solução Alcoólica Isopropílica – Concentração $\geq 70\%$, para limpeza e antissepsia de superfícies e ópticas – Frasco de 1 litro.	Unid.	4	R\$ 44,10

LOTE N.º 009 – Consumíveis e materiais de microscopia

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Ponteira universal tipo gilson Volume 0-200ul - Pacotes com 1.000 unidades, compatível com micropipetas padrão	Pacote	10	R\$ 50,72
02	Micro tubo 0,5 mL com EDTA – Tubo para micro amostras com anticoagulante	Unid.	400	R\$ 52,80
03	Lâminas para microscopia – Vidro óptico, polidas, bordas retificadas	Caixa	5	R\$ 46,22
04	Estante para Tubo de Ensaio – 90 Furos – Plástico resistente, para tubos padrão 13 a 16 mm	Unid.	10	R\$ 15,39
05	Óleo de imersão óleo específico para uso em lentes de imersão de microscópios ópticos. validade de dois anos a partir da data de entrega	Unid.	2	R\$ 86,85
06	Estante para Tubo de Ensaio 16 mm – 24 Furos – Em plástico autoclavável, estrutura rígida	Unid.	2	R\$ 63,44
07	Ponteira do tipo gilson para 1000 microlitros - pacote com mil compatível com micropipetas padrão.	Pacote	5	R\$ 68,28
08	Lâmina de vidro para realização de esfregaço sanguíneo. lamina de vidro neutro, cantos chanfrados em 45°, tamanho 25,4x76mm, espessura 1,0 a 1,2mm, cx c/50	Caixa	3	R\$ 87,87

LOTE N.º 010 – Equipamentos e materiais de apoio

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Média Preço Unitário
01	Contador Digital de Células Sanguíneas C/12 Teclas -Bivolt	Unid.	2	R\$ 1.797,94
02	Caixa térmica (18lt) com termômetro acoplado – Para transporte seguro de amostras biológicas	Unid.	3	R\$ 250,64
03	Caneta permanente para vidrarias – Tinta resistente à lavagem, ideal para tubos e lâminas	Unid.	20	R\$ 14,67

SEMUSA

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: saudecabixi.gov@hotmail.com.br

ID: 270923 e CRC: 4E4C53B1



ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a) FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

1.1.1. Da divisão da licitação: Adjudicação por **Lote**.

b) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS

2.1. Da documentação técnica:

2.1.1. A(s) licitante(s) provisoriamente classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) apresentar, no prazo de **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do Edital, a seguinte documentação:

- a) Para os todos os itens, **Alvará de Saúde**, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, **em vigor**, ou **Licença**, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual, em vigor, em nome da licitante.
- b) Para os todos os itens, **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** expedida pela ANVISA, em situação ativa, em nome da licitante.

2.1.2. A documentação exigida poderá ser:

- a) Publicação no Diário Oficial da União (com resolução e data de publicação visíveis): original **ou** cópia legível **ou** documento obtido por meio do site do Diário Oficial da União, na internet;
- b) Documento expedido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA): original **ou** cópia legível **ou** documento obtido por meio do site da ANVISA, na internet.

2.2. Material informativo, catálogo ou prospecto técnico:

2.2.1. Não haverá a exigência de documentação técnica nesta contratação. Não haverá a exigência de material informativo, catálogo ou prospecto técnico para encaminhar em anexo à proposta de preços para esta contratação.

2.3. Apresentação de amostra(s) / prova(s):

2.3.1. Não haverá a exigência de amostra(s) / prova(s) para esta contratação.

c) DA HABILITAÇÃO

3.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas** a contar da solicitação feita pelo Pregoeiro, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

3.2. A habilitação da(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em relação à habilitação jurídica, à habilitação fiscal, à habilitação trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica poderão ser verificados por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangido.

3.3. Ressalvado o disposto no subitem acima, a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) deverá(ão) encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:





3.3.1. Habilitação Jurídica

- a) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldodoempreendedor.gov.br/>;
- b) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) **No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- f) **No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

3.3.2. Habilitação Técnica:

- a) **Comprovação de capacidade técnica,** por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

3.3.2.1. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

3.3.2.2. Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

3.3.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3.3.2.4. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337F do Código Penal.



3.3.2.5.O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.3.2.6.A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

3.3.3. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) **Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas - CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- g) **Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.3.3.1.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.3.3.2.O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.3.4. Habilitação Econômico-financeira:

- a) **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de **sociedade simples**;
- b) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), **caso se trate de pessoa jurídica**.





- c) **Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 3.3.4.1. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 3.3.4.2. O cumprimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser comprovado por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, ou por meio de verificação na Calculadora Financeira do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 3.3.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 3.3.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 3.3.4.5. As empresas desobrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 3.3.4.6. Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital, Demonstração de Resultado do Exercício e as Notas Explicativas.
- 3.3.4.7. Será dispensado do Microempreendedor Individual (MEI) a apresentação de balanço patrimonial/abertura e demonstrações contábeis, bem como a exigência dos índices contábeis, nos termos do art. 1179, §2º do Código Civil e art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006.





Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	- Retificado	01/12/2025

ID:	270923	Processo	Documento
CRC:	4E4C53B1		
Processo:	1-1446/2025		
Usuário:	Lavinia Manochio de Souza		
Criação:	01/12/2025 07:40:41	Finalização:	01/12/2025 07:40:42

MD5:	C25D3897ABDEDBDBF65773701E3871B4
SHA256:	E9E8D433AD3C54858B0FE7A629D06CA77C8A20BC2CE40968AEBAB613740CB00B

Súmula/Objeto:

Termo de Referência


INTERESSADOS

Secretaria Municipal de Saúde	CABIXI	RO	01/12/2025 07:40:41
-------------------------------	--------	----	---------------------


ASSUNTOS

Aquisição de Material Para o Laboratorio	01/12/2025 07:40:41
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Lavinia Manochio de Souza	Agente Administrativo	01/12/2025 08:06:05
--	---------------------------	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

	Adnair Gomes de Freitas	Secretária de Saúde	01/12/2025 09:33:17
--	-------------------------	---------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 270923 e o CRC 4E4C53B1.